

# DEBATE OU DIÁLOGO DE SURDOS?

É norma deste Semanário respeitar a opinião dos leitores e, mais do que isso, dar-lhes sempre que possível a oportunidade de, a exprimirem.

Assim e em primeiro lugar queremos agradecer as cartas que nas últimas duas semanas nos têm sido enviadas, mas também é ao mesmo tempo, pedir desculpa por não as publicarmos.

A primeira carta, do Sr. João Vaz (Zito) é uma auto-justificação para a sua carta anterior. Ela pretende, inclusivamente, o mérito de ter desencadeado a rusga policial que, integrada no combate à vadiagem e aos marginais, atingiu as mulheres que vivem da prostituição. Diz ele:

«O que mais me convenceu que o artigo teve um grande alcance social foi o Jornal «Notícias» de 8-9-82 ao publicar uma notícia sobre a rusga selectiva... que culminou com a detenção de dezenas de prostitutas».

Nesta altura o Sr. João Vaz está já esclarecido pela imprensa sob o infundado da sua presunção.

Temos depois uma carta do leitor Tio Zacas, de Manica que no nosso entender apenas tem o mérito de ser a voz do «bom senso». Diz ele:

«... o Sr. João Vaz... abor-

da problemas cuja solução depende de nós. Porém constata-se que as questões postas ao fogo são meramente pessoais, segundo a fraseologia usada». E faz-lhe um apelo: «Seja franco e aberto e a sua vida melhorará». «É próprio do covarde usar o nome da maioria indevidamente...» etc.

Enfim é uma resposta da pessoa a pessoa e não contribui para esclarecer os confusos.

Segue-se uma intervenção do Sr. Benedito Marime em apoio e solidariedade para com o Sr. João Vaz, que, na sua opinião foi insultado por Pedro Paulo Pereira e insurge-se com veemência contra a resposta desta. Fá-lo em nome da liberdade de expressão, ao escrever:

«Nós moçambicanos somos um Povo libertado e livre; e esta libertação e liberdade estendem-se a cada um dos doze milhões de moçambicanos; que ninguém nos venha impedir o gozo das nossas liberdades, entre elas a da discussão dos problemas...».

Infelizmente não estamos libertos das sequelas do colonialismo, das tradições retrógradas, da ignorância, da pobreza, da doença, do subdesenvolvimento material e cul-

tural.

E o seu conceito de «liberdade» é discutível. Deve estudá-lo e aprofundá-lo. Porque sem assumir com clareza e em primeiro lugar o conceito de «liberdade» que é conquista do Povo moçambicano, não poderá contribuir positivamente para o debate sobre o adultério e prostituição, nem aliás para debate nenhum que implique a edificação da nossa sociedade livre.

Por último vamos referir a carta recebida do leitor Jorge Matias—estudante universitário.

Sr. Matias o tempo que tem dedicado a procurar a identificar as residências de prostitutas na Cidade do Maputo, da Baixa à Maxaquene e até ao Alto-Maé, é tempo que lhe faz muita falta para dedicar aos seus estudos. Deve ser essa a razão da sua lamentável sintaxe, na sua carta que em nada honra o estabelecimento de ensino que o senhor diz frequentar.

Quanta confusão Sr. Matias: «Ora bem sítios onde abundam mas que pela qualidade do lugar deixa-se ou se esquece que mais prostituição se pratica: o Self, lugar onde estão internados estudantes nacionais e estrangeiros. Aqui as medidas das visitas a partir do Sábado embora nos dias de semana

também não acho justo. A visita vai ao quarto onde só dormem duas pessoas portanto dispensa-se a outra se necessário para a prática da prostituição».

Não há OJM na sua Universidade? Integre-se no trabalho da sua organização para, em primeiro lugar, se esclarecer politicamente e para confrontar com os seus companheiros a questão das relações entre homem e mulher e os problemas da sexualidade que afectam a juventude de ambos os sexos e são a origem de recalamentos e desvios.

Outras cartas têm estado a chegar.

É claro que todas as contribuições destes leitores enfermam de confusão entre conceitos básicos, desde «liberdade», até adultério, prostituição, libertinagem.

Não duvidamos que um debate é útil mas nenhuma destas cartas constitui uma contribuição válida para o esclarecimento destes conceitos, mul-

to menos para a resolução de qualquer problema social.

Por outro lado interrogamo-nos sobre se são as páginas deste jornal o local indicado para o fazer eficazmente.

Não estamos todavia fechados às contribuições objectivas e educativas sobre a questão social que representam as relações entre pessoas dos dois sexos, a alienação da juventude, a posição da mulher na nossa sociedade, a educação familiar e outros que são o fundo do problema — ou o problema de fundo — e a razão de ser de tanta polémica.

Por último queremos lembrar uma coisa fundamental: até os inimigos do povo e traidores da Pátria, não são condenados sem serem julgados e não são julgados sem serem ouvidos.

Mas muitos dos intervenientes neste debate são juizes e carrascos sem terem sequer ouvido as acusadas. Quem lhes deu essa autoridade?

**A Redacção**